



**Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade
Instituição de Utilidade Pública**

DELEGAÇÃO DA MADEIRA

Av. Arriaga, 42-B 2.º Andar n.º 5

9000 - 064 Funchal

Tel. n.º 291 204 660 Fax n.º 291 204 677

madeira@apotec.pt

**Promove
Formação sobre Contencioso Tributário
(LGT/CPPT/RCPIT/RGIT)**

26 de Fevereiro 2015	19 de Março 2015	16 de Abril 2015
Programa		
1. A relação jurídica tributária 2. As formas do procedimento tributário 3. Alguns princípios do procedimento tributário 3.1 Os princípios da legalidade e da imparcialidade 3.2 Os princípios da proporcionalidade e do inquisitório 3.3 O dever de decisão e a constituição do acto tácito 3.4 Os princípios da certeza e da segurança 3.5 O acesso à justiça tributária 3.6 O princípio da participação (Direito de audição) 4. As obrigações tributárias 4.1 A obrigação principal 4.2 As obrigações acessórias 5. Os sistemas de avaliação da matéria tributável 5.1 A avaliação directa 5.2 A avaliação indirecta 6. O procedimento de inspecção tributária 6.1 A acção de inspecção interna 6.2 A acção de inspecção externa 7. O direito à redução das coimas 8. O prazo de caducidade 9. O prazo de prescrição	1. O dever de fundamentação e de notificação 1.1 O acto de liquidação 1.2 Outros actos tributários 2. O conceito de domicílio fiscal 2.1 A residência habitual/sede social 2.2 A caixa postal electrónica 3. O direito à informação 3.1 A informação geral 3.2 A informação vinculativa 4. O reconhecimento dos benefícios fiscais 5. A derrogação do sigilo bancário 5.1 Ao sujeito passivo 5.2 A familiares e a terceiros 5.3 Situações de sigilo profissional 6. Os meios impugnatórios de natureza administrativa 6.1 O pedido de revisão da matéria tributável 6.2 A reclamação graciosa 6.3 O recurso hierárquico 6.4 O pedido de revisão do acto tributário 7. A execução fiscal e a responsabilidade tributária 7.1 A responsabilidade do devedor originário 7.2 A responsabilidade solidária 7.3 A responsabilidade subsidiária dos Técnicos Oficiais de Contas	1. Os meios impugnatórios de natureza judicial 1.1 A impugnação judicial 1.2 A acção para reconhecimento de direitos e interesses legítimos 1.3 O recurso judicial 1.4 A intimação para passagem de certidões e consulta de processos 1.5 A intimação para um comportamento 1.6 A acção administrativa especial 1.7 Os recursos jurisdicionais 2. Os meios de defesa no processo de contra-ordenação 2.1 O direito de defesa 2.2 O recurso judicial 2.3 O pagamento antecipado e voluntário 2.4 A dispensa e atenuação da coima 3. O processo de execução fiscal 3.1 A citação do executado 3.2 O pagamento em prestações 3.3 A suspensão do processo de execução fiscal/dispensa de garantia 3.4 A penhora de bens 3.5 A venda dos bens 3.6 A verificação e graduação de créditos 4. Os meios de defesa no processo de execução fiscal 4.1 A oposição judicial 4.2 Os embargos de terceiro 4.3 A reclamação dos actos do órgão da execução fiscal

Destinatários: Profissionais na área contabilística, jurídica e de gestão com interesse no âmbito designado.

Razões para a participação: Esta acção visa essencialmente actualizar os conhecimentos dos profissionais na área contabilística, jurídica e de gestão com interesse no âmbito designado, no que diz respeito aos direitos e deveres das empresas e contribuintes quando envolvido em uma situação de contencioso fiscal, versando a título exemplificativo, a argumentação e a estruturação de processos de reclamação fiscal.

Monitor: Dr. Jesuíno Alcântara Martins
Especialista em Direito Fiscal e Fiscalidade; Mestrando em Fiscalidade; Pós-Graduado em Gestão Empresarial;
Licenciado em Direito.

Datas: 26 de Fevereiro 2015, 19 de Março 2015, 16 de Abril 2015

Horário: Das 9h30 às 13h00 e das 14h00 às 17h30

Pausa para café: 10h45 (manhã) e 16h00 (tarde)

Local: Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais. Avenida Arriaga, 21 –A, Edifício Golden Gate. 9004-528 Funchal

Boletim de Inscrição e Pagamento

Associado n.º _____

Nome: _____ Contribuinte: _____

Empresa: _____

Morada: _____

Tel: _____ Fax _____ E-mail _____

Cheque n.º: _____ S/Banco: _____
(à ordem da APOTEC)

Pagamento por transferência Bancária para o NIB:

0038 0001 19 191 410 771 23 (Banif)

OBS: O pagamento por transferência bancária requer **obrigatoriamente** a entrega do Boletim de Inscrição e o comprovativo do Banco.

Pagamento em numerário na sede - Avenida Arriaga, n.º 42 B, 2.º Andar, n.º 5 – 9000-064 Funchal

Preço:

	PAGAMENTO POR SESSÃO DE FORMAÇÃO	PAGAMENTO DO PROGRAMA INTEGRAL DA FORMAÇÃO (3 SESSÕES)
ASSOCIADOS DA APOTEC (*)	55 €	165 €
COLABORADORES DO ASSOCIADO INDIVIDUAL	70 €	210 €
OUTRAS ENTIDADES	85 €	255 €

(*) Requer-se a apresentação do cartão de associado da APOTEC no acto da inscrição.

Inscrições limitadas aos 80 participantes

Emissão de CERTIFICADO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Preencha a ficha e concretize a sua inscrição junto da Delegação Regional

“A formação ministrada pela APOTEC é válida para efeitos da Regulamentação do Código do Trabalho”

